



Coesão Social e Competitividade Económica

CARLOS ZORRINHO

Professor Catedrático, Departamento de Gestão, Universidade de Évora

Inicialmente concebida como um espaço de integração económica, a União Europeia foi-se construindo ao longo do tempo com a ambição de se transformar num espaço político diferenciado e num actor geoestratégico global, respeitando as nações e as culturas que nele se integram.

A consolidação dessa ambição, de que a adopção do Tratado Constitucional e o Processo de Alargamento são componentes fundamentais, tem como trave mestra a capacidade de articular com sucesso uma acrescida coesão social com uma maior produtividade e competitividade económica. Esta visão inspirou o desenho da Estratégia de Lisboa para a competitividade e o emprego e não pode deixar de estar presente em todo o debate sobre a coesão e o futuro da Europa.

Efectivamente, a dimensão competitiva que o mercado comum alargado proporciona deve ser encarada como uma oportunidade instrumental para contribuir de forma decisiva para uma regulação económica global em que a dimensão social, a equidade e a justiça prevaleçam sobre a competição selvagem, berço de pobreza, desigualdade e insegurança acrescida.

A coesão na diversidade e na pluralidade é um desafio crítico para a União Europeia. Coesão fundada na qualificação das pessoas, nas instituições e dos territórios, conjugando mobilidade, modularidade e subsidiariedade, num jogo de soma positiva.

O Tratado Constitucional em fase de adopção pelos Estados membros, releva a dimensão social da construção europeia, a necessidade de consolidar um modelo social europeu sustentável e a articulação necessária desse modelo com as políticas económicas e com a competitividade global da União.

A forma como essas linhas de orientação vierem a ser consagradas no repositório concreto das políticas da União, em particular das políticas estruturais no horizonte 2007/2013, constituirá um indicador fundamental sobre a intensidade e a convicção com que a Europa encara o desafio da coesão social como instrumento de competitividade económica.

Deste ponto de vista, o trabalho preparatório que cada Estado membro, em particular os Estados mais beneficiados com a aplicação dos fundos estruturais no horizonte 2007/2013, souber realizar na definição de estratégias viáveis de desenvolvimento e de programas integrados e de impacto credível, terá uma importância decisiva para assegurar e comprometer os recursos necessários, convencendo os Estados que mais contribuem, do retorno social e económico do esforço agora solicitado.

Neste quadro, não se pode deixar de sublinhar com preocupação o atraso que o debate sobre as perspectivas financeiras 2007/2013 e sobre a aplicação dos recursos a obter tem tido em Portugal, muito por culpa da indefinição orgânica de tutelas e de responsabilidades e da ausência duma linha estratégica perceptível das entidades governamentais, em relação ao enquadramento do debate, do processo preparatório e dos objectivos negociais de Portugal.

Entendo, por isso, que o Fórum Viver a Europa, pode constituir um espaço determinante para que o debate sobre o Quarto Quadro Comunitário de Apoio possa ser lançado, substituindo-se a dinâmica da sociedade civil à aparente inércia do Governo neste domínio, e induzindo uma reflexão que tarda, num domínio crítico para a viabilidade do “projecto nacional”, enquanto componente autónomo embebido no projecto europeu.